Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

30 de setembro de 2026

BANCO PINE

Índice

Relatório do Auditor Independente ... 1
Balanço Patrimonial Consolidado ... 4
Demonstração do Resultado Consolidada ... 5
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada ... 6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada ... 7
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto) ... 8

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional ... 9
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas ... 9
3. Principais Práticas Contábeis ... 9
4. Segmentos Operacionais ... 16
5. Caixa e Equivalentes de Caixa ... 17
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras ... 17
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital ... 17
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e *Hedge* ... 18
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito ... 20
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas ... 21
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda ... 21
12. Devedores Por depósito em Garantia ... 21
13. Outros Ativos ... 21
14. Participações em Coligadas ... 22
15. Imobilizado ... 22
16. Intangível ... 22
17. Depósitos de Instituições Financeiras ... 22
18. Depósitos de Clientes ... 22
19. Captações no Mercado Aberto ... 22
20. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários ... 22
21. Obrigações por empréstimos e Repasses ... 22
22. Dívida Subordinada ... 23
23. Outros Passivos Financeiros ... 23
24. Provisões ... 23
25. Obrigações Fiscais - Outras ... 24
26. Outros Passivos ... 24
27. Patrimônio Líquido ... 24
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial ... 26
29. Receitas com Juros e Similares ... 26
30. Despesas com Juros e Similares ... 26
31. Receitas de Tarifas e Comissões ... 26
32. Despesas de Tarifas e Comissões ... 26
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo ... 26
34. Variações Cambiais ... 27
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais ... 27
36. Despesas com Pessoal ... 27
37. Outras Despesas Administrativas ... 27
38. Provisões Líquidas ... 27
39. Resultado na Alienação de Bens ... 27
40. Imposto de Renda e Contribuição Social ... 27
41. Limites Operacionais ... 28
42. Garantias Prestadas ... 28
43. Transações com Partes Relacionadas ... 28
44. Outras Divulgações ... 30
45. Gerenciamentos de Riscos ... 30
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS) ... 35
47. Eventos Subsequentes ... 36

Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada ... 37

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 30 de setembro de 2026 e relatório de revisão

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas, em 30 de setembro de 2026, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Banco Pine S.A.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Reconciliação do resultado e do patrimônio líquido (Nota 46)

A reconciliação do resultado e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - IAS 34 ("reconciliação BCB GAAP e IFRS"), referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, conforme descrito na nota 46, em atendimento às normas do BCB, é apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa reconciliação foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa reconciliação BCB GAAP e IFRS não foi elaborada, em todos os aspectos releventes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	**1.457.479**	**657.173**
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		**9.408.757**	**10.508.291**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**8.400.052**	**8.545.203**
Instrumentos de dívida	7	6.814.480	6.138.253
Instrumentos de capital	7	4.785	691
Instrumentos financeiros derivativos	8	341.104	1.255.924
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.246.650	1.150.335
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(6.967)	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**1.008.705**	**1.963.088**
Instrumentos de dívida	7	657.271	1.082.814
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(121.375)	(192.244)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	472.809	1.072.518
Ativos financeiros ao custo amortizado		**24.786.230**	**17.398.451**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	309.094	297.943
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	21.590.855	14.373.309
Instrumentos de dívida	7.a	4.100.719	3.483.122
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(1.214.438)	(755.923)
Outros ativos		**2.300.739**	**1.764.939**
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	951.761	855.168
Outros		**1.348.978**	**909.771**
Devedores por depósitos em garantia	12	74.938	85.743
Impostos a compensar		182.800	168.158
Outros ativos	13	1.091.240	655.870
Participações em coligadas	**14**	**14.411**	**1.530**
Ativos Fiscais	**40.e**	**511.518**	**567.059**
Imobilizado	**15**	**73.424**	**90.804**
Intangível	**16**	**20.162**	**24.861**
Total do ativo		**38.572.720**	**31.013.108**

PASSIVO	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		**35.402.572**	**28.249.276**
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**338.366**	**2.245.844**
Instrumentos financeiros derivativos	8	338.366	2.245.844
Passivos financeiros ao custo amortizado		**35.064.206**	**26.003.432**
Depósitos de instituições financeiras	17	1.301.515	538.430
Depósitos de clientes	18	22.159.936	17.201.347
Captações no mercado aberto	19	6.845.252	4.681.536
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	2.711.063	2.557.529
Obrigações por empréstimos e repasses	21	1.181.812	197.494
Dívidas subordinadas	22	828.911	773.274
Outros passivos financeiros	23	35.717	53.822
Provisões	**24**	**19.778**	**13.155**
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		19.778	13.155
Obrigações Fiscais	**25**	**60.646**	**17.528**
Outras		60.646	17.528
Outros Passivos	**26**	**1.208.945**	**1.296.548**
Total do passivo		**36.691.941**	**29.576.507**
Patrimônio Líquido	**27**	**1.880.779**	**1.436.601**
Capital social - País		1.141.618	872.043
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(53.631)	(8.070)
Outros resultados abrangentes		(11.606)	(1.698)
Reservas de capital		36.581	17.902
Reservas de lucros		481.681	395.483
Lucros acumulados		140.595	-
Participação de não-controladores		16.674	32.074
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.572.720**	**31.013.108**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receitas com juros e similares	29	2.064.972	4.883.746	1.242.060	3.217.123
Despesas com juros e similares	30	(1.291.385)	(3.417.220)	(874.746)	(2.501.380)
Receita líquida com juros e similares		**773.587**	**1.466.526**	**367.314**	**715.743**
Receitas de tarifas e comissões	31	42.028	106.409	30.034	84.679
Despesas de tarifas e comissões	32	(21.017)	(46.857)	(50.174)	(92.156)
Resultado de equivalência patrimonial	14	334	(116)	5.096	12.432
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		**107.825**	**547.641**	**144.350**	**343.959**
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	33	76.197	530.488	190.576	473.148
Variações cambiais	34	31.628	17.153	(46.226)	(129.189)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(383.216)**	**(757.913)**	**(202.855)**	**(332.417)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**35**	**(1.694)**	**26.031**	**9.919**	**17.043**
Receita líquida operacional		**517.847**	**1.341.721**	**303.684**	**749.283**
Despesas administrativas		**(249.299)**	**(625.048)**	**(137.734)**	**(363.237)**
Despesas com pessoal	36	(103.363)	(257.449)	(59.539)	(179.992)
Despesas tributárias		(51.852)	(113.589)	(21.125)	(46.520)
Outras despesas administrativas	37	(94.084)	(254.010)	(57.070)	(136.725)
Depreciações e amortizações		**(7.530)**	**(17.792)**	**(5.900)**	**(16.769)**
(Provisões)/Reversões líquidas	**38**	**(5.763)**	**(6.713)**	**(7)**	**(118)**
Resultado na alienação de bens	**39**	**(5.948)**	**(875)**	**(8.928)**	**(11.156)**
Lucro líquido operacional antes da tributação		**249.307**	**691.293**	**151.115**	**358.003**
Imposto de renda e contribuição social	40.a	(62.980)	(188.925)	(47.303)	(110.556)
Lucro líquido do período		**186.327**	**502.368**	**103.812**	**247.447**
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		185.251	501.465	103.444	247.088
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não-controladores		1.076	903	368	359
Lucro por ação do período					
Lucro básico e diluído por ação do período					
Ações ordinárias		0,72	1,93	0,46	1,09
Ações preferenciais		0,72	1,93	0,46	1,09
Lucro atribuído/diluído do período					
Ações ordinárias		93.168	251.197	53.130	126.642
Ações preferenciais		93.159	251.171	50.682	120.805
Média ponderada das ações emitidas - básica					
Ações ordinárias		129.950.956	129.950.956	116.044.153	116.044.153
Ações preferenciais		129.937.768	129.937.768	110.695.415	110.695.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido do período		**186.327**	**502.368**	**103.812**	**247.447**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**28**	**1**	**28**	**(32)**	**1.857**
Variação de valor justo		1	67	(58)	3.457
Efeito fiscal		-	(39)	26	(1.600)
Resultado abrangente do período		**186.328**	**502.396**	**103.780**	**249.304**
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas controladores		185.252	501.493	103.412	248.945
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas não-controladores		1.076	903	368	359

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Participação de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**15.717**	**118.321**	**(20.406)**	**(3.610)**	**-**	**4.100**	**1.071.917**
Lucro Líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**247.088**	**359**	**247.447**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.857**	**-**	**-**	**1.857**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	3.457	-	-	3.457
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Outras mutações do patrimônio líquido		**1.220**	**(2.373)**	**-**	**(15.104)**	**14.846**	**-**	**-**	**2.000**	**589**
Aumento de capital	27.a	1.220	-	-	-	-	-	-	-	1.220
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000
Cancelamento de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	(15.104)	15.104	-	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(54.494)	-	-	-	(54.494)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	(2.373)	-	-	54.236	-	-	-	51.863
Destinações		**-**	**-**	**7.182**	**93.012**	**-**	**-**	**(166.844)**	**-**	**(66.650)**
Reserva legal	27.c	-	-	7.182	-	-	-	(7.182)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(66.650)	-	(66.650)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	93.012	-	-	(93.012)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2025		**953.898**	**2.744**	**22.899**	**196.229**	**(5.560)**	**(1.753)**	**80.244**	**6.459**	**1.255.160**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**37.243**	**358.240**	**(8.070)**	**(1.698)**	**-**	**32.074**	**1.436.601**
Lucro Líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**501.465**	**903**	**502.368**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28**	**-**	**-**	**28**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	67	-	-	67
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Outras mutações do patrimônio líquido		**269.575**	**18.679**	**-**	**(102.787)**	**(45.561)**	**(9.936)**	**-**	**(16.303)**	**113.667**
Aumento de capital	27.a	269.575	-	-	-	-	-	-	-	269.575
Custos de transação na emissões de ações	27.a	-	-	-	-	-	(9.936)	-	-	(9.936)
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	(16.303)	(16.303)
Cancelamento de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	(73.422)	73.422	-	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(136.167)	-	-	-	(136.167)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	18.679	-	-	17.184	-	-	-	35.863
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(29.365)	-	-	-	-	(29.365)
Destinações		**-**	**-**	**15.811**	**173.174**	**-**	**-**	**(360.870)**	**-**	**(171.885)**
Reserva legal	27.c	-	-	15.811	-	-	-	(15.811)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(170.915)	-	(170.915)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(970)	-	(970)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	173.174	-	-	(173.174)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2026		**1.270.485**	**36.581**	**53.054**	**428.627**	**(53.631)**	**(11.606)**	**140.595**	**16.674**	**1.880.779**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado do período		**1.620.420**	**646.082**
Lucro Líquido do período		502.368	247.447
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		198.156	(37.492)
Depreciação e Amortização	15 e 16	17.792	16.769
Impostos diferidos		129.975	95.783
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		757.913	332.417
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)	38	6.713	118
Pagamento baseado em ações		7.387	2.536
Resultado de equivalência patrimonial	14	116	(12.432)
Amortização de ágio		-	936
Variação de ativos e passivos operacionais		**(591.284)**	**(2.596.770)**
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		480.549	(4.139.568)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(1.019.680)	1.985.824
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(11.151)	(85.833)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(6.926.215)	(2.658.052)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(1.518.432)	303.760
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(96.593)	(35.588)
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		10.805	(8.804)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(14.642)	24.835
(Aumento) Redução de Outros ativos		(435.370)	(101.409)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		(74.434)	4.262
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		763.085	(128.430)
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		4.958.589	810.045
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		2.163.716	(906.166)
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		153.534	1.374.928
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		984.318	98.871
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(18.105)	(9.482)
Aumento (Redução) de Provisões		(90)	854
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		43.118	1.984
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(34.286)	871.199
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		**1.029.136**	**(1.950.688)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	15	(12.058)	(1.799)
(Aquisição) Alienação de intangível	16	2.205	(5.771)
(Aquisição) de outros investimentos		16	-
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		**(9.837)**	**(7.570)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		259.639	1.220
Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas		(20.000)	(59.270)
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(136.167)	(54.494)
Juros sobre o capital próprio pagos		(124.309)	(55.463)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		**(20.837)**	**(168.007)**
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**998.462**	**(2.126.265)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	657.173	2.327.961
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(198.156)	37.492
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	1.457.479	239.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. (“Pine”) é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Pine foram preparadas de acordo com as normas do IAS 34 Interim Financial Reporting e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 10 de novembro de 2026, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS, de 30 de setembro de 2026, pela Diretoria do Banco Pine.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Novas normas e interpretações em vigor em períodos futuros:

IFRS S1 – Requerimentos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: O Banco Central do Brasil passará exigir, à partir do exercício de 2028, por meio da Resolução CMN nº 4.818 que as instituições elaborem e divulguem, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation). O Banco Pine está avaliando os impactos da nova norma.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma se aplica a períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

c) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1° de janeiro de 2025

Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS: Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Para tratar de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1° Janeiro de 2026. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

d) Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes envolvem ativos financeiros e decorrem da revisão das premissas utilizadas na mensuração desses instrumentos, incluindo a taxa de juros aplicada ao desconto dos fluxos de caixa e a avaliação do risco de crédito associado, com reflexo não material no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Consolidação

O Banco Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine estruturou operações de cessão e securitização com o mercado, cujos montantes foram eliminados para fins de consolidação da Demonstração Financeira, pela retenção de riscos e benefícios.

A consolidação inclui Fundos de Investimento, nos quais o Banco Pine possui retenção substancial de risco e benefícios de suas cotas e sobre os quais o Banco Pine está exposto, ou tem direito a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com exceção dos Fundos de Investimentos mencionados a seguir, que não atingem esses critérios de consolidação:

(i) Fiagro Imobiliário ID Goiana;

(ii) PFC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado;

(iii) Springs Equity Hedge Plus Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado;

(iv) LIFT Event Capital I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada Rede de Postos Monte Carlo;

(vi) Estrelas do Ceu Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada;

(vii) LIFT Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

(viii) LIFT Gama Consignado Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada;

(ix) LIFT Beta Fundo De Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada; e

(x) Vinci Mozak Residencial II Fundo de Investimento Imobiliário - Responsabilidade Limitada.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas:

		Participação no capital (%)	
	Atividades	30/09/2026	31/12/2025
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Administração em Participações	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (4)	Assessoria	99,9900	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (2)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda. (1)	Intermediação de Negócios	99,9900	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (7)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) (7)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Chimera Alternative Assets I FIDC	Fundo de investimentos	-	95,0000
LIFT JS FIDC Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	88,2500	88,2500
LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	-	71,4000
ID Goiania II Fundo de Investimento Fiagro Imobiliário Resposabilidade Limitada	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
Springs Equity Hedge B Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de FIM	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
LIFT Alfa FIC de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Resposabilidade Limitada	Fundo de investimentos	70,0000	-
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) (3) (5) (6)	Holding de instituições não-financeiras	100,0000	99,0000
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.) (7) (8)	Participação	100,0000	100,0000
Newco JV Gestão Empresarial Ltda (9)	Assessoria	100,0000	-

(1) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

(2) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.

(3) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações órdinárias, totalizando R$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R$99 reais.

(4) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

(5) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.

(6) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.

(7) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.

(8) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R$1.

(9) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 21 de maio de 2026, foi deliberado sobre a constituição da Newco JV Gestão Empresarial Ltda e a subscrição de 100 quotas, totalizando 100 reais.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

• Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;

• Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;

• Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(v) Valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo. São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação. O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidades pela Administração.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen (Nota 41.a).

f) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;

• Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Receitas e despesas de juros e similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

• Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;

• A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;

• Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)”.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Tarifas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com o IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Banco Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Banco Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”) - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação a valor justo, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR), se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine classificou instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR), que atendem aos critérios apresentados acima.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine também classificou empréstimos e adiantamentos a clientes como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR). Essa classificação foi definida pela Administração em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. A carteira de emprestimos e adiantamentos a clientes mensuradas a valor justo no resultado é composta por: (i) carteira de cartões benefícios e (ii) parte da carteira do segmento de varejo (essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo).

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados instrumentos de dívida de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	*Discounted cash flow*	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	*Discounted cash flow*	Taxa pré-fixadas Cambial de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Títulos privados	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	*Discounted cash flow*	Curva futura de DI e PU ANBIMA
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (VJR)	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

				30/09/2026
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) (1)	1.151.107	6.002.295	1.246.650	8.400.052
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	559	888.682	119.464	1.008.705
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	338.366	-	338.366

				31/12/2025
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) (1)	517.542	6.877.326	1.150.335	8.545.203
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.779.839	182.744	1.963.088
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

(1) Em 30 de junho de 2026, houve a adequação da apresentação de parte dos ativos financeiros anteriormente apresentados como a valor justo através do resultado para custo amortizado, de forma a refletir o modelo de negócios que vem sendo adotado pelo Banco. Essa adequação não gerou reclassificação contábil ou impactos no resultado do período.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabela a seguir mostra as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo em 31/12/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 30/09/2026
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) (1)	1.150.335	96.315	1.246.650
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	182.744	(63.280)	119.464

	Valor justo em 31/12/2024	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) (1)	1.917.397	(767.062)	1.150.335
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	92.359	182.744

(1) Em 30 de junho de 2026, houve a adequação da apresentação de parte dos ativos financeiros anteriormente apresentados como a valor justo através do resultado para custo amortizado, de forma a refletir o modelo de negócios que vem sendo adotado pelo Banco. Essa adequação não gerou reclassificação contábil ou impactos no resultado do período.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	30/09/2026		31/12/2025	
Ativos financeiros	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.457.479	1.457.479	657.173	657.173
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (ii)	309.094	309.094	297.943	297.943
Empréstimos e adiantamentos a clientes (ii)	21.564.898	21.590.855	11.198.679	10.517.964
Instrumentos de dívida (ii) (v)	3.816.283	4.100.719	5.371.116	5.778.543
Total dos ativos financeiros	**27.147.754**	**27.458.147**	**17.524.911**	**17.251.623**

	30/09/2026		31/12/2025	
Pasivos financeiros	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Depósitos de instituições financeiras (iii)	1.283.698	1.301.515	527.540	538.430
Depósitos de clientes (iv)	21.965.081	22.159.936	17.025.193	17.201.347
Captações no mercado aberto (iii)	6.845.252	6.845.252	4.681.536	4.681.536
Obrigações por títulos e valores mobiliários (iv)	2.627.896	2.711.063	2.522.184	2.557.529
Obrigações por empréstimos e repasses (iv)	1.181.812	1.181.812	197.494	197.494
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações (iii)	35.717	35.717	53.822	53.822
Dívidas subordinadas (iv)	553.536	828.911	1.047.668	773.274
Total dos passivos financeiros	**34.492.992**	**35.064.206**	**26.055.437**	**26.003.432**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias em decorrência de mudanças no modelo de negócios.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida deve ser classificada, no mínimo, no mesmo estágio em que se encontrava a operação anterior, não sendo admitida melhora de estágio exclusivamente em decorrência da renegociação ou substituição do instrumento. Adicionalmente, conforme os critérios adotados pelo Banco, as operações renegociadas são classificadas, no mínimo, no Estágio 2, enquanto as operações caracterizadas como reestruturação são classificadas no Estágio 3, observados os critérios de cura aplicáveis.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias. A diferença entre o valor contábil do ativo original e o montante recebido é reconhecida no resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas associadas ao risco de crédito

O Pine, na condição de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9.

A provisão é constituída para empréstimos e adiantamentos a clientes, instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo por meio do resultado, compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente e garantias financeiras prestadas, doravante denominados, em conjunto, instrumentos financeiros sujeitos a perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A perda esperada é mensurada com base na expectativa de perda para os doze meses subsequentes à data-base para os instrumentos classificados no Estágio 1 e com base na expectativa de perda ao longo de toda a vida do instrumento para os instrumentos classificados nos Estágios 2 e 3.

A mensuração é realizada individualmente ou de forma coletiva, conforme a natureza e a relevância das exposições. Na avaliação coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados em segmentos homogêneos de risco, considerando características comuns relevantes para a adequada estimação dos parâmetros de perda esperada. Os instrumentos individualmente relevantes e as exposições sob acompanhamento especializado são avaliados individualmente.

(ii) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

Estágio 1: instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde então. Inclui igualmente as operações reclassificadas do Estágio 2 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 2: instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, sem que estejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Inclui as operações reclassificadas do Estágio 3 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 3: instrumentos financeiros caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A provisão para perdas esperadas é mensurada ao longo de toda a vida da operação, observado o nível mínimo de provisão requerido pela regulamentação aplicável.

(iii) Aumento significativo do risco de crédito

O Pine avalia, em cada data-base, se ocorreu aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro. Essa avaliação considera a comparação entre o risco de crédito observado na data-base e aquele existente na data do reconhecimento inicial.

A avaliação incorpora critérios quantitativos e qualitativos, incluindo a evolução dos indicadores de risco da contraparte, alterações relevantes na classificação de risco interna, reestruturações de crédito, monitoramento especializado, atraso contratual e demais informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Adicionalmente, o Pine adota a presunção regulamentar de aumento significativo do risco de crédito para exposições com atraso superior a 30 dias, observadas as exceções e avaliações previstas em suas políticas e procedimentos internos.

(iv) Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro é caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito quando ocorrer:

i. atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos; ou

ii. indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas.

Constituem indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada, entre outros, o pedido ou a decretação de falência, liquidação ou recuperação judicial da contraparte, bem como a reestruturação da operação com concessão de vantagem à contraparte em razão da deterioração de sua qualidade creditícia.

A caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito pode ser estendida a outras exposições da mesma contraparte ou de seu grupo econômico, observados os critérios previstos na regulamentação e nos procedimentos internos do Pine.

(v) Reversão entre estágios

A transferência de instrumentos financeiros para estágio de menor risco ocorre somente quando houver evidências objetivas de redução do risco de crédito e após o atendimento dos critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação e pelas políticas internas do Pine. A reclassificação considera a análise do comportamento da contraparte, da operação e das demais informações disponíveis na data da avaliação.

(vi) Cálculo das perdas esperadas

A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa esperada, entendida como a diferença entre os fluxos de caixa contratualmente devidos e os fluxos de caixa que o Pine espera receber, descontada pela taxa de juros efetiva da operação.

A mensuração da perda esperada é realizada por meio de modelos internos que utilizam, conforme aplicável, estimativas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dado o descumprimento (LGD) e exposição no momento do descumprimento (EAD), considerando dados históricos, informações correntes e expectativas prospectivas.

No Estágio 1, a perda esperada é apurada para os doze meses subsequentes à data-base. No Estágio 2 a perda esperada é apurada ao longo de toda a vida remanescente do instrumento financeiro, e no Estágio 3 a probabilidade de inandimplência (PD) é considerada como 100%.

O horizonte máximo considerado na mensuração da perda esperada corresponde ao período durante o qual o Pine permanece exposto ao risco de crédito associado ao instrumento financeiro.

(vii) Compromissos de crédito não utilizados

Para a parcela não utilizada de limites de crédito, o Pine estima a fração do limite concedido que se espera venha a ser utilizada ao longo da vida do compromisso. A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa decorrente da utilização estimada.

(viii) Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A perda esperada de instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reduz o valor contábil desses ativos, que permanecem mensurados ao valor justo. A constituição da provisão é reconhecida no resultado do período em contrapartida a outros resultados abrangentes. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento do ativo.

(ix) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa esperada associada às garantias financeiras prestadas corresponde à diferença entre os desembolsos estimados para honrar a garantia e os valores cuja recuperação junto ao tomador da garantia é considerada provável.

(x) Informações prospectivas

Os modelos de perda esperada incorporam informações prospectivas por meio de variáveis macroeconômicas selecionadas com base em sua capacidade de explicar o comportamento do risco de crédito das diferentes carteiras.

As estimativas consideram cenários econômicos consistentes com as expectativas da Administração para o ambiente macroeconômico, ponderados por suas respectivas probabilidades de ocorrência.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e refletem a melhor estimativa disponível na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(xi) Instrumentos financeiros com baixo risco de crédito

Para determinar se o instrumento apresenta baixo risco de crédito, o Pine utiliza classificações de risco internas ou metodologias consistentes com definições internacionalmente aceitas, considerando todos os termos e condições relevantes do instrumento. São considerados de baixo risco de crédito, entre outros, os títulos públicos federais e determinados títulos privados classificados como grau de investimento.

Caso a condição de baixo risco de crédito deixe de ser observada, o instrumento passa a ser submetido aos procedimentos regulares de avaliação de aumento significativo do risco de crédito e de caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, quando aplicável.

(xii) Ajustes de gestão

Quando os modelos utilizados na mensuração da perda esperada não refletirem adequadamente determinados riscos identificados pela Administração, o Pine poderá constituir ajustes complementares à provisão apurada pelos modelos estatísticos. Tais ajustes podem decorrer, entre outros fatores, de limitações dos dados históricos disponíveis, alterações relevantes no perfil das carteiras, eventos extraordinários ou condições não plenamente capturadas pelos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada.

Os ajustes são tecnicamente fundamentados, submetidos à governança interna aplicável, revisados periodicamente e mantidos apenas enquanto persistirem as circunstâncias que justificaram sua constituição.

(xiii) Baixa a prejuízo e recuperações

Os ativos financeiros são baixados a prejuízo quando não houver expectativa razoável de recuperação econômica, observados os critérios definidos na regulamentação vigente e nas políticas internas do Pine. A baixa contábil não extingue os direitos de cobrança da instituição, que continua adotando medidas voltadas à recuperação dos créditos.

Os valores recuperados posteriormente são reconhecidos no resultado do período quando efetivamente recebidos.

A metodologia de provisão para perdas esperadas integra a estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Pine, fundamentada em modelos internos de mensuração de risco, monitoramento contínuo da qualidade creditícia das exposições e processos de governança voltados à adequada identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito.

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como “mantido para a venda”, o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes, tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores, são considerados como ativos não correntes “mantidos para a venda”, se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

p) Investimentos mantidos para venda

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) e Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.), estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment.*

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda, predominantemente, ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários, imobiliários e transporte, referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

r) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e projetos desenvolvimentos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implementação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

s) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

t) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

u) *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

v) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

w) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

y) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

z) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

aa) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta especifica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine se posicionou nas seguintes áreas de negócios:

Atacado: O segmento possui produtos tradicionais de crédito e como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco Pine possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes.

Empresas

As operações de empréstimos corporativos são "colateralizadas", com diversos tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis e aplicações financeiras.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes atua, principalmente, estruturação de produtos que permitem o gerenciamento de suas exposições às variações de preços de moedas, juros, commodities e no fechamento de câmbio.

Operações Estruturadas e Parcerias

Operações Estruturadas e Parcerias são compostas por: (i) Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, atuando como participantes especiais em emissões de dívida em parceria com securitizadoras e empresas parceiras; (ii) Parcerias: parceiros estratégicos na originação de Crédito, Operações Estruturadas, Derivativos e Câmbio, através de fintechs, gestoras, agentes autônomos e securitizadoras; e (iii) Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.

Tesouraria e Captação

Responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco Pine, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de *Booking* e *Trading*.

Varejo: Segmento baseado em parcerias e acordos de *funding* com *fintechs* e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos de baixo risco como antecipação do FGTS e Créditos Consignados.

ATIVOS E PASSIVOS	30/09/2026		31/12/2025	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Total do ativo [1]	**20.465.543**	**18.107.177**	**19.920.884**	**11.092.224**
Total do passivo	**8.496.328**	**28.195.613**	**9.758.130**	**19.818.377**
Total do patrimônio líquido	**1.748.018**	**132.761**	**1.273.905**	**162.696**
(1) O total do ativo inclui:				
Participações em coligadas	-	14.411	-	1.530
Imobilizado	16.620	56.804	30.583	60.221
Ativo Intangível	4.564	15.598	8.373	16.488

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	30/09/2026			30/09/2025		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	1.110.316	3.773.430	4.883.746	1.248.144	1.968.979	3.217.123
Despesas com juros e similares	(773.490)	(2.643.730)	(3.417.220)	(970.458)	(1.530.922)	(2.501.380)
Receitas de tarifas e comissões	106.409	-	106.409	84.679	-	84.679
Despesas de tarifas e comissões	(46.857)	-	(46.857)	(92.156)	-	(92.156)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(116)	(116)	-	12.432	12.432
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	154.098	376.390	530.488	167.640	305.508	473.148
Variações cambiais (líquidas)	18.981	(1.828)	17.153	(47.414)	(81.775)	(129.189)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(179.242)	(578.671)	(757.913)	(119.454)	(212.963)	(332.417)
Outras receitas (despesas) operacionais	32.541	(6.510)	26.031	26.648	(9.605)	17.043
Receita líquida operacional	**422.756**	**918.965**	**1.341.721**	**297.629**	**451.654**	**749.283**
Despesas Administrativas	(149.190)	(475.858)	(625.048)	(146.462)	(216.775)	(363.237)
Depreciações e Amortizações	(4.237)	(13.555)	(17.792)	(6.773)	(9.996)	(16.769)
Provisões líquidas	(6.713)	-	(6.713)	(118)	-	(118)
Resultado na alienação de bens	(875)	-	(875)	(11.156)	-	(11.156)
Lucro líquido operacional antes da tributação	**261.741**	**429.552**	**691.293**	**133.120**	**224.883**	**358.003**
Imposto de renda e contribuição social	(45.347)	(143.578)	(188.925)	(35.023)	(75.533)	(110.556)
Lucro líquido do exercício	**216.394**	**285.974**	**502.368**	**98.097**	**149.350**	**247.447**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades (Caixa)	78.078	89.895
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras [1]	1.379.401	567.278
Total	**1.457.479**	**657.173**

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	309.094	297.943
Total	**309.094**	**297.943**
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	309.094	297.943
Total	**309.094**	**297.943**

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão compostos como segue:

Classificação	30/09/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	6.814.480	6.788.859	25.621	6.138.253	6.016.270	121.983
Instrumentos de capital	4.785	4.785	-	691	691	-
Total	**6.819.265**	**6.793.644**	**25.621**	**6.138.944**	**6.016.961**	**121.983**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	657.271	657.269	2	1.082.814	1.082.883	(69)
Total	**657.271**	**657.269**	**2**	**1.082.814**	**1.082.883**	**(69)**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	4.100.719	4.100.719	-	3.483.122	3.483.122	-
Total	**4.100.719**	**4.100.719**	**-**	**3.483.122**	**3.483.122**	**-**
Total Geral	**11.577.255**	**11.551.632**	**25.623**	**10.704.880**	**10.582.966**	**121.914**

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	30/09/2026						
					Valor de Mercado/Contábil		Total
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado							
Ações de companhias abertas	4.785	-	-	-	-	4.785	4.785
Cotas de fundos de investimentos	1.146.322	-	-	-	-	1.146.322	1.146.322
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	4.160.445	4.160.445	4.134.824
Debêntures	-	-	-	1.507.713	-	1.507.713	1.507.713
Total	**1.151.107**	**-**	**-**	**1.507.713**	**4.160.445**	**6.819.265**	**6.793.644**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes							
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	6.032	-	6.698	12.730	12.730
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	64.620	15.210	-	79.830	79.830
Debêntures [1]	-	518.423	2.192	41.022	2.515	564.152	564.152
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	559	-	-	559	557
Total	**-**	**518.423**	**73.403**	**56.232**	**9.213**	**657.271**	**657.269**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado							
Eurobonds	-	1.206.423	-	-	-	1.206.423	1.206.423
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	158.545	-	-	158.545	158.545
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.950.123	723.201	62.427	-	2.735.751	2.735.751
Total	**-**	**3.156.546**	**881.746**	**62.427**	**-**	**4.100.719**	**4.100.719**
Total Geral	**1.151.107**	**3.674.969**	**955.149**	**1.626.372**	**4.169.658**	**11.577.255**	**11.551.632**

							31/12/2025	
						Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado								
Ações	691	-	-	-	-	-	691	691
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	506.542	506.542	506.542
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	4.287.685	4.165.702
Debêntures	-	-	-	-	694.879	649.147	1.344.026	1.344.026
Total	**691**	**-**	**-**	**-**	**1.809.563**	**4.328.690**	**6.138.944**	**6.016.961**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes								
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	3.608	3.679
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	14.478	-	7.930	22.408	22.408
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	31.805	27.752	25.495	85.052	85.052
Debêntures (1)	-	5.517	124.807	655.341	47.436	138.140	971.241	971.241
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	505	-	505	503
Total	**-**	**5.517**	**124.807**	**705.232**	**75.693**	**171.565**	**1.082.814**	**1.082.883**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado								
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	-	10.309	-	-	10.309	10.309
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	3.472.813	3.472.813
Total	**-**	**-**	**2.669.503**	**270.057**	**543.562**	**-**	**3.483.122**	**3.483.122**
Total Geral	**691**	**5.517**	**2.794.310**	**975.289**	**2.428.818**	**4.500.255**	**10.704.880**	**10.582.966**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 3 a 12 meses e acima de 15 anos, no montante de R$57.937, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R$46.350.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

			30/09/2026			31/12/2025
Instrumentos financeiros derivativos - ATIVO	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Swap - diferencial a receber	2.949	129.164	132.113	999.256	131.664	1.130.920
Contratos a termo - a receber	144.416	2.029	146.445	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	28.814	127	28.941	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	2.368	-	2.368	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	1.175	-	1.175	860	-	860
Futuros	2.647	27.415	30.062	25.380	13.961	39.341
Total a receber	**182.369**	**158.735**	**341.104**	**1.106.106**	**149.818**	**1.255.924**

			30/09/2026			31/12/2025
Instrumentos financeiros derivativos - PASSIVO	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Swap - diferencial a receber	(466)	(185.353)	(185.819)	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(66.512)	(7.410)	(73.922)	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(21.415)	(11.160)	(32.575)	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(1.823)	-	(1.823)	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(10.490)	-	(10.490)	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(156)	(33.581)	(33.737)	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	**(100.862)**	**(237.504)**	**(338.366)**	**(2.197.948)**	**(47.896)**	**(2.245.844)**
Valor líquido	**81.507**	**(78.769)**	**2.738**	**(1.091.842)**	**101.922**	**(989.920)**

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e *hedge*

				30/09/2026				31/12/2025
	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	**10.915.009**	**129.757**	**-**		**5.314.175**	**1.129.431**	**-**	
Juros	9.166.658	117.130	-		4.718.177	1.104.503	-	
Moeda	1.748.351	12.627	-		595.998	24.928	-	
Posição passiva:	**10.915.009**	**-**	**(185.819)**		**5.314.175**	**-**	**(2.152.131)**	
Juros	9.947.239	-	(184.432)		4.290.079	-	(2.152.064)	
Moeda	967.770	-	(1.387)		1.024.096	-	(67)	
Valor líquido		**129.757**	**(185.819)**	**(78.275)**		**1.129.431**	**(2.152.131)**	**(435.554)**
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	**31.137**	**2.356**	**-**		**30.000**	**1.489**	**-**	
Juros	15.000	1.051	-		15.000	1.179	-	
Moeda	16.137	1.305	-		15.000	310	-	
Valor líquido	**-**	**2.356**	**-**	**-**		**1.489**	**-**	**-**
Valor líquido de *Swap*		**132.113**	**(185.819)**	**(78.275)**		**1.130.920**	**(2.152.131)**	**(435.554)**

	30/09/2026				31/12/2025			
	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Contratos a termo								
Posição ativa:	**11.775.984**	**146.445**	**-**		**5.318.285**	**63.020**	**-**	
Juros	7.403.013	120.689	-		3.056.860	41.848	-	
Moeda	4.044.893	2.484	-		2.194.475	20.929	-	
Commodities	328.078	23.272	-		66.950	243	-	
Posição passiva:	**11.775.984**	**-**	**(73.922)**		**5.318.285**	**-**	**(45.111)**	
Juros	4.372.971	-	(64.571)		2.261.426	-	(38.858)	
Moeda	7.396.040	-	(7.526)		3.025.161	-	(3.585)	
Commodities	6.973	-	(1.825)		31.698	-	(2.668)	
Valor líquido		**146.445**	**(73.922)**	**149.621**		**63.020**	**(45.111)**	**(215.397)**
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	**6.899.629**	**28.941**	**-**		**1.391.460**	**20.338**	**-**	
Juros	5.505.000	245	-		998.400	32	-	
Moeda	1.369.839	13.045	-		389.010	1.497	-	
Commodities	24.790	15.651	-		4.050	18.809	-	
Prêmios de opções lançadas:	**7.851.349**	**-**	**(32.575)**		**1.883.900**	**-**	**(5.925)**	
Juros	5.505.000	-	(175)		998.400	-	-	
Moeda	2.102.625	-	(32.227)		885.500	-	(5.914)	
Commodities	243.724	-	(173)		-	-	(11)	
Valor líquido		**28.941**	**(32.575)**	**66.073**		**20.338**	**(5.925)**	**36.787**
Câmbio								
Ativo	**-**	**3.543**	**-**		**-**	**2.305**	**-**	
Câmbio comprado a liquidar	-	2.368	-		-	1.445	-	
Direito sobre vendas de câmbio	-	1.175	-		-	860	-	
Passivo	**-**	**-**	**(12.313)**		**-**	**-**	**(2.574)**	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(1.823)		-	-	(464)	
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(10.490)		-	-	(2.110)	
Valor líquido		**3.543**	**(12.313)**	**45.865**		**2.305**	**(2.574)**	**(5.314)**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**311.042**	**(304.629)**	**183.284**		**1.216.583**	**(2.205.741)**	**(619.478)**

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/09/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro [1]	31.692.287	68.879.902	(1.652)		14.121.711	13.236.393	(70.345)	
Moeda	2.580.979	102.323	(21.098)		877.713	-	(3.880)	
Cupom de IPCA	4.501.471	-	87		3.264.540	-	3.689	
Cupom cambial futuro	-	2.081.611	19.021		12.544	2.043.142	23.168	
Commodities	7.633	488.946	-		118.848	280.539	(137)	
Total	**38.782.370**	**71.552.782**	**(3.642)**	**254.777**	**18.395.356**	**15.560.074**	**(47.505)**	**331.434**

(1) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	30/09/2026 Total	31/12/2025 Total
Swap	193.256	28.470	3.624.432	5.039.675	2.060.313	10.946.146	5.344.175
Contratos a termo	11.142.911	355.200	226.181	51.692	-	11.775.984	5.318.285
Opções	2.256.729	11.591.250	775.500	127.499	-	14.750.978	3.275.360
Futuros	3.533.572	573.405	4.910.010	802.683	100.515.482	110.335.152	33.955.430
Total	**17.126.468**	**12.548.325**	**9.536.123**	**6.021.549**	**102.575.795**	**147.808.260**	**47.893.250**

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	30/09/2026 *Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros	31/12/2025 *Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**110.335.152**	**-**	**-**	**-**	**33.955.430**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	109.838.573	-	-	-	33.575.399
Bolsas no exterior	-	-	-	496.579	-	-	-	380.031
Balcão	**10.946.146**	**11.775.984**	**14.750.978**	**-**	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**-**
Instituições Financeiras	8.598.712	4.438.842	728.724	-	1.009.608	1.661.670	-	-
Empresas	2.347.434	7.337.142	14.022.254	-	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-
Total	**10.946.146**	**11.775.984**	**14.750.978**	**110.335.152**	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**33.955.430**

i) *Hedge Accounting*

***Hedge* de Riscos de Mercado**

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA, LFS e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

***Hedge* da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo):** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos Consignado pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da operação de captação no exterior – empréstimo no exterior: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições decorrentes da operação de captação no exterior, contratada na forma de empréstimo no exterior, protegendo a Instituição contra a flutuação dos riscos de mercado associados à variação das taxas de juros internacionais e à variação cambial.

	30/09/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	4.536.719	4.536.719	4.536.719	-	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	4.513.853	4.513.853	4.513.853	-	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	**9.050.572**	**9.050.572**	**9.050.572**	**-**	**8.368.204**	**8.368.204**	**8.368.204**	**-**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	6.714.579	9.030.785	8.906.149	(124.636)	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações Letra de Crédito do Agronegócio e Imobiliário	18.023	24.124	24.104	(20)	54.204	68.904	67.887	(1.017)
Captações LFS	77.615	93.809	94.465	656	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LF	191.488	260.985	223.546	(37.439)	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	**7.001.705**	**9.409.703**	**9.248.264**	**(161.439)**	**6.471.300**	**8.601.058**	**8.281.039**	**(320.019)**

	30/09/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	12.374.701	12.374.701	12.374.701	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	**12.374.701**	**12.374.701**	**12.374.701**	**-**	**7.135.610**	**7.135.610**	**7.135.610**	**-**
Objeto de *Hedge*								
Consignado	12.158.509	12.158.509	12.128.176	(30.333)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Total	**12.158.509**	**12.158.509**	**12.128.176**	**(30.333)**	**6.749.172**	**6.749.172**	**6.665.645**	**(83.527)**
Instrumento de *Hedge*								
Swap	950.186	950.186	956.788	6.602	-	-	-	-
Total	**950.186**	**950.186**	**956.788**	**6.602**	**-**	**-**	**-**	**-**
Objeto de *Hedge*								
Empréstimo no Exterior	950.186	950.186	956.788	6.602	-	-	-	-
Total	**950.186**	**950.186**	**956.788**	**6.602**	**-**	**-**	**-**	**-**

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	30/09/2026
Instrumentos Financeiros Derivativos	78.444	39.863	38.581

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.122	19.470	16.652

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Tipo de crédito

	30/09/2026	31/12/2025
Capital de giro	1.042.545	1.263.173
Conta corrente garantida	29.760	34.836
Financiamentos	260.590	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	234.687	281.595
Títulos descontados	13.558	356.921
Devedores por compra de valores e bens [1]	389.615	424.095
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber [5]	176.523	248.701
Avais e Fianças Honradas	-	39.338
Outras operações com características de concessão de crédito	4.097.214	3.378.248
Empréstimos consignado [2]	15.854.962	9.531.640
Total da carteira de crédito	**22.099.454**	**15.831.947**
Créditos abertos para importação	105.908	49.978
Garantias prestadas	373.313	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	**479.221**	**612.951**
Outros recebíveis	40.933	32.936
Instrumentos de dívida privados [3]	3.145.660	2.786.975
Títulos com risco de crédito	**3.186.593**	**2.819.911**
(+/-) Ajuste ao valor justo [4]	**476.042**	**335.564**
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	**26.241.310**	**19.600.373**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	774.077	475.034
Total da carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito [6]	**27.015.387**	**20.075.407**

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.
(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 7.b).
(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.
(5) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui Rendas a Receber, no montante de R$39.259 e R$46.383, respectivamente, apresentados na Nota 13 - Outros Ativos.
(6) Para fins de gerenciamento e monitoramento do risco de crédito, a Administração utiliza carteira gerencial, a qual contempla critérios e ajustes específicos adotados para gestão de riscos, podendo apresentar diferenças em relação aos saldos divulgados nas demonstrações financeiras. Em 30 de setembro de 2026, a carteira gerencial totalizava R$24.593.414.

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

b) Por ramo de atividade

	30/09/2026	31/12/2025
Agronegócio	2.698.286	1.712.464
Imobiliário	1.039.086	763.074
Infraestrutura	61.541	83.967
Logística e Transporte	584.313	415.690
Mineração	2.124	503.484
Telecom e TI	171.967	11.683
Indústria	367.138	250.678
Serviços	157.915	125.080
Químico e Petroquímico	194.251	201.694
Energia	26.382	40.267
Comércio	94.372	232.506
Instituição Financeira	142.458	128.922
Saúde e Educação	11.848	13.847
Papel e Celulose	-	1.476
Pessoa física	15.880.747	9.561.971
Outros	667.026	1.785.144
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	**22.099.454**	**15.831.947**
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**476.042**	**335.564**
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	**22.575.496**	**16.167.511**

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.

c) Por nível de concentração

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.488	0,69	151.488	0,96
2º ao 10º	440.867	1,99	772.358	4,88
11º ao 20º	219.179	0,99	262.455	1,66
21º ao 50º	239.819	1,09	386.173	2,44
51º ao 100º	128.609	0,58	178.325	1,13
Demais devedores	20.919.492	94,66	14.081.148	88,94
Total	**22.099.454**	**100,00**	**15.831.947**	**100,01**

d) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de setembro de 2026, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$13.087 (R$16.029 no período findo em 30 de setembro de 2025) .

e) Renegociação e reestruturação de contratos

Em 30 de setembro de 2026, existiam contratos renegociados no valor de R$464.895 (R$307.227 em 31 de dezembro de 2025) e reestruturados no valor de R$25.579 (R$2.079 em 31 de dezembro de 2025).

f) Cessões de Crédito

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No período findo em 30 de setembro de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R$44.112 (R$5.766 em 31 de dezembro de 2025), anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R$4.011 (R$2.572 em 31 de dezembro de 2025).

Segmento varejo: No período findo em 30 de setembro de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo (Empréstimo Consignado), sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.831.674 (R$3.474.187 em 31 de dezembro de 2025). Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$4.807 (R$19.411 em 31 de dezembro de 2025). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 30 de setembro de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.935.170 (R$1.766.781 em 31 de dezembro de 2025), referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida	**23.319.456**	**1.214.658**	**1.227.975**	**25.762.089**	**17.478.337**	**700.616**	**808.469**	**18.987.422**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20.210.416	1.202.504	1.162.576	22.575.496	14.787.304	697.507	682.700	16.167.511
Instrumentos de dívida e outros recebíveis	3.109.040	12.154	65.399	3.186.593	2.691.033	3.109	125.769	2.819.911
Garantias prestadas e responsabilidades	**420.042**	**59.179**	**-**	**479.221**	**459.772**	**153.179**	**-**	**612.951**
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida	**23.739.498**	**1.273.837**	**1.227.975**	**26.241.310**	**17.938.109**	**853.795**	**808.469**	**19.600.373**
% representatividade sobre a carteira expandida	**90,47%**	**4,85%**	**4,68%**		**90,95%**	**4,86%**	**4,19%**	
% perda esperada sobre a carteira por estágio	**1,32%**	**14,24%**	**69,03%**		**0,81%**	**18,01%**	**76,89%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(313.670)**	**(181.427)**	**(847.683)**	**(1.342.780)**	**(145.164)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(948.167)**

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “Provisão para perdas de crédito esperadas”. As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	30/09/2026			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.164**	**171.413**	**631.590**	**948.167**
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(3.561)	6.058	-	**2.497**
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.361)	-	339.673	**334.312**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(3.606)	82.197	**78.591**
Estágio 2 para o Estágio 1	1.650	(1.138)	-	**512**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	716	(4.347)	**(3.631)**
Estágio 3 para o Estágio 1	418	-	(9.269)	**(8.851)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**180.083**	**15.870**	**174.681**	**370.634**
Constituição (Reversão) [1]	**82.165**	**(4.311)**	**(276.885)**	**(199.031)**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(86.888)**	**(3.575)**	**(89.957)**	**(180.420)**
Total dos movimentos	**168.506**	**10.014**	**216.093**	**394.613**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**313.670**	**181.427**	**847.683**	**1.342.780**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

	31/12/2025			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**158.811**	**62.536**	**305.385**	**526.732**
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(61.444)	85	-	**(61.359)**
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	**146.879**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	**41**
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	**(252)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	**(4.889)**
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	**(4.911)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) [1]	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Total dos movimentos	**(13.647)**	**108.877**	**326.205**	**421.435**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.164**	**171.413**	**631.590**	**948.167**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2026	31/12/2025
Bens Não de Uso	952.300	856.623
Provisão ao valor recuperável	(539)	(1.455)
Total	**951.761**	**855.168**

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 30 de setembro de 2026, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R$74.938 (R$85.743 em 31 de dezembro de 2025), representados por depósitos sobre imposto PIS no valor de R$61.828 (R$59.449 em 31 de dezembro de 2025), por depósitos judiciais de processos cíveis no valor de R$646 (R$5.991 em 31 de dezembro de 2025), referente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida e por depósitos judiciais de processos trabalhistas no valor de R$3.848 (R$15.396 em 31 de dezembro de 2025).

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamentos	157.068	25.041
Adiantamento ao FGC	92.554	-
Comissões sobre avais e fianças	15.167	26.412
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	24.689	20.978
Despesas antecipadas	228.354	164.653
Títulos e créditos a receber	44.872	38.617
Investimentos mantidos para venda	40.263	-
Depósitos Compulsórios no Banco Central	192.193	-
Outros recebíveis [1]	296.080	380.169
Total	**1.091.240**	**655.870**

(1) Em 30 de setembro de 2026, refere-se principalmente, a: (i) derivativos vencidos a receber no montante de R$40.930 (R$32.935 em 31 de dezembro de 2025) e (ii) programas de pagamento baseados em ações transferidas e bloqueadas no montante de R$95.865 (R$82.724 em 31 de dezembro de 2025), (iii) contas a receber de terceiros no montante de R$61.348 (R$66.396 em 31 de dezembro de 2025) e (iv) em 31 de dezembro de 2025, a valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R$101.463, o montante de R$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros.

14. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

						31/12/2025	
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (1) (2)	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. (2)	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Total					**59.630**	**1.180**	**10.230**

(1) Em 30 de setembro de 2026, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$14.062 (R$1.180 em 31 de dezembro de 2025) da Amigoz Ltda. investida da Pine Holding Ltda.

(2) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R$62.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.

15. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2025	01/01 a 30/09/2026				30/09/2026
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**13.795**	**103**	**(2.583)**	**33.960**	**(22.645)**	**11.315**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	13.795	103	(2.583)	33.960	(22.645)	11.315
Outros Imobilizados de Uso	**77.009**	**11.955**	**(26.855)**	**102.201**	**(40.092)**	**62.109**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.311	-	(354)	3.952	(2.995)	957
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transporte	42.962	-	(4.747)	47.264	(9.049)	38.215
Imobilizado de arrendamento (1)	32.736	11.955	(21.754)	50.985	(28.048)	22.937
Total	**90.804**	**12.058**	**(29.438)**	**136.161**	**(62.737)**	**73.424**

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%, a taxa incremental referente ao imobilizado de arrendamento de sistema de transporte corresponde a 17,61%.

16. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/12/2025	01/01 a 30/09/2026				30/09/2026
	Saldo contábil	Aquisições	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Licença de uso de sistemas - *software*	24.861	2.205	(6.904)	42.968	(22.806)	20.162
Total	**24.861**	**2.205**	**(6.904)**	**42.968**	**(22.806)**	**20.162**

17. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2026	31/12/2025
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado (1)	1.301.515	538.430
Total	**1.301.515**	**538.430**
Vencimento		
Até 30 dias	7.002	-
De 31 a 60 dias	154.514	133.432
De 61 a 90 dias	818.367	93.578
De 91 a 180 dias	-	14.129
De 181 a 360 dias	321.632	297.291
Total	**1.301.515**	**538.430**

(1) Refere-se à certificados de depósitos interfinanceiros, captados junto à outras instituições do Sistema Financeiro Nacional.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	30/09/2026	31/12/2025
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	22.159.936	17.201.347
Total	**22.159.936**	**17.201.347**
Tipo		
Depósitos à vista	97.646	69.120
Depósitos a prazo	20.115.473	15.141.452
Letras de crédito de agronegócio	1.617.217	1.601.704
Letras de crédito imobiliário	454.256	679.722
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(124.656)**	**(290.651)**
Total	**22.159.936**	**17.201.347**
Por vencimento		
Sem vencimento	97.646	69.120
Até 30 dias	544.677	1.176.107
De 31 a 60 dias	596.274	568.290
De 61 a 90 dias	802.014	436.043
De 91 a 180 dias	2.141.519	1.532.012
De 181 a 360 dias	4.584.895	2.348.410
Acima de 360 dias	13.392.911	11.071.365
Total	**22.159.936**	**17.201.347**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/09/2026	31/12/2025
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	5.101.078	3.618.497
Debêntures	1.744.174	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.183
Total	**6.845.252**	**4.681.536**

20. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	1,84% a.a.	2.711.063	2.557.529
Total		**2.711.063**	**2.557.529**

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/09/2026	31/12/2025
Repasses do país - instituições oficiais	75.200	41.913
Operações de repasses do exterior	956.788	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	149.824	155.581
Total	**1.181.812**	**197.494**

Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	30/09/2026 Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	3,50 a 16,62% a.	-	-	75.200	75.200
Operações de repasses do exterior	US$	0,84% a.a.	-	956.788	-	956.788
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	US$	3,50% a.a.	149.824	-	-	149.824
Total			**149.824**	**956.788**	**75.200**	**1.181.812**

Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	31/12/2025 Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	9,13% a.a.	-	41.913	41.913
Operações de empréstimos do exterior	US$	0,70% a.a.	155.581	-	155.581
Total			**155.581**	**41.913**	**197.494**

22. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras Subordinada	23.869	116.529	162.062	351.679	212.211	866.350	802.642
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**(389)**	**(3.030)**	**(65)**	**(35.099)**	**1.144**	**(37.439)**	**(29.368)**
Total	**23.480**	**113.499**	**161.997**	**316.580**	**213.355**	**828.911**	**773.274**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/09/2026
Letras Financeiras						
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	35.552
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	100%	30.443
	65.317	2022	2029	CDI	135% a 150%	127.127
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	156.017
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	315.709
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 147%	143.297
	20.000	2026	2099	CDI	146%	20.766
Total	**690.115**					**828.911**

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	**676.415**					**773.274**

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/09/2026	31/12/2025
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	10.011	22.748
Passivo de arrendamento	25.706	31.074
Total	**35.717**	**53.822**

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	30/09/2026	31/12/2025
Contingências trabalhistas	8.670	11.792
Contingências cíveis	11.079	1.334
Contingências fiscais	29	29
Total	**19.778**	**13.155**

b) Ativos e Passivos Contingentes

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de setembro de 2026, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$61.828 (R$59.449 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2026, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$8.726 (R$8.475 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	30/09/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	29	70.444	29	64.356
Contingências Trabalhistas	8.670	3.848	11.792	15.396
Contingências Cíveis	11.079	646	1.334	5.991
Total	**19.778**	**74.938**	**13.155**	**85.743**

(iii) Movimentação das provisões passivas

	30/09/2026				31/12/2025			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**29**	**11.792**	**1.334**	**13.155**	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**
Constituição	-	2.915	14.001	16.916	-	84	182	266
Reversão	-	(6.746)	(4.722)	(11.468)	(549)	-	(286)	(835)
Atualização	-	709	466	1.175	-	1.319	3	1.322
Saldo final	**29**	**8.670**	**11.079**	**19.778**	**29**	**11.792**	**1.334**	**13.155**

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuia processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de setembro de 2026, o Pine possuía processos cíveis classificados como perda possível, no saldo de R$15.777 no Individual e no Consolidado. Os processos tratam-se de ações de natureza cível-consumerista, relacionados à carteira de varejo, classificados pela área jurídica, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, todos em tramitação e com decisão de 1ª instância. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de setembro de 2026, o Pine possuía processos fiscais classificados como perda possível, o saldo dos processos fiscais classificados como possível é de R$47.938 no Individual e no Consolidado. O processo trata-se de uma discussão tributária, acerca da incidência do IRPJ e da CSLL sobre juros de mora recebidos pelo Banco Pine nos casos de atrasos contratuais. Atualmente, o processo encontra-se com sentença desfavorável, pendente de análise de recurso apresentado pelo Banco Pine. É importante ressaltar que o processo está garantido por seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de renda a pagar	25.871	12.041
Contribuição social a pagar	34.775	5.487
Total	**60.646**	**17.528**

26. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a pagar	74.082	40.372
Honorários advocatícios	-	93
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	58.670	9.038
Sociais e estatutárias	48.859	30.786
Recebimentos à identificar	-	213
Câmbio	14.365	19.559
Provisão para despesas de pessoal [2]	(373)	58.072
Outros passivos [1]	1.013.342	1.138.415
Total	**1.208.945**	**1.296.548**

(1) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a obrigação por operação vinculada a cessão. Em 31 de dezembro de 2025, o montante era de R$860.933, sendo que durante o período findo em 30 de setembro de 2026 a movimentação do saldo é composta por adições, liquidações e juros no montante de R$238.775, sendo o saldo final de R$622.158

(2) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, a provisão de participação nos lucros.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 30 de setembro de 2026, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$1.270.485 (R$1.000.910 em 31 de dezembro de 2025) e está dividido em 259.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 129.937.768 preferenciais (232.451.347 em 31 de dezembro de 2025) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$922, mediante emissão de 188.466 novas ações nominativas, sendo 94.233 ordinárias e 94.233 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 (“Sexto período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 (“Segundo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 29 de outubro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$810, mediante emissão de 181.946 novas ações nominativas, sendo 72.506 ordinárias e 109.440 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 (“Décimo Terceiro período de exercício”), (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 (“Quinto período de exercício”) e (iii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 (“Primeiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de maio de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2026, foi deliberado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante bruto de R$245.926, mediante emissão de 21.860.095 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com despesas vinculadas à emissão no montante total de R$9.936, líquido de tributos, resultando no aumento de capital líquido de R$235.990, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., sendo que a integralidade do preço por ação é de R$ 11,25. Em razão da necessidade de homologação do aumento de capital social pelo Bacen, foram emitidos recibos de subscrição, integralizados à vista em moeda corrente nacional, conferindo aos seus titulares o direito à conversão em ações após a homologação. Após a homologação, as ações passarão a conferir aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições aplicáveis às ações preferenciais de emissão do Banco Pine, nos termos do Estatuto Social e da legislação vigente. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Décimo Segundo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Quarto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$36.954 e, no máximo, R$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferencias, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Décimo Primeiro período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Terceiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Décimo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Segundo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Nono período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Primeiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 (“Oitavo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de Capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$44.656, à base de R$0,179267, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$69.000, à base de R$0,2714290, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de julho de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.259, à base de R$0,223044, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.700, à base de R$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.316, à base de R$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.200, à base de R$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$24.700, à base de R$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750, à base de R$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.117, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2026 em R$76.912 (R$66.450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

						30/09/2026
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2026	29/10/2026	0,179267	44.656	0,141757	36.841
Juros sobre o Capital Próprio	07/07/2026	22/07/2026	0,271429	69.000	0,219036	56.925
Juros sobre o Capital Próprio	13/04/2026	30/04/2026	0,223044	57.259	0,181897	47.239
Total				**170.915**		**141.005**

						31/12/2025
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				**147.666**		**125.517**

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, o Banco pine recomprou 11.207.158 ações, no montante de R$136.167, a um custo médio de R$12,15. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R$73.290, a um custo médio de R$6,29.

Em 21 de agosto de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 4.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

Em 16 de julho de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 2.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Descrição	30/09/2026 Valor	Quantidade	Custo médio	31/12/2025 Valor	Quantidade	Custo médio
Ações em tesouraria no início do período	**8.070**	**823**		**20.406**	**4.676**	
Aquisições de ações	136.167	11.207	12,15	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	(73.422)	(6.000)	12,24	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(17.184)	(1.443)	11,91	(70.522)	(12.081)	5,84
Ações em tesouraria no final do período	**53.631**	**4.587**		**8.070**	**823**	

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as variações ocorridas na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”.

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**(55)**	**(83)**
Instrumentos de dívida	2	(69)
Efeito fiscal	(57)	(14)
Empresas coligadas		
Outros ajustes	**(11.551)**	**(1.615)**
Outros [1]	(11.551)	(1.615)
Total	**(11.606)**	**(1.698)**

(1) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são reconhecidos no resultado.

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	14.174	41.277	8.256	20.771
Instrumentos de dívida	331.773	953.234	468.082	1.388.536
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.794.253	4.092.287	808.803	1.886.079
Comissões	(75.228)	(203.052)	(43.081)	(78.263)
Total	**2.064.972**	**4.883.746**	**1.242.060**	**3.217.123**

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Depósitos de instituições financeiras	46.596	104.051	24.085	94.631
Depósitos de clientes	868.087	2.256.935	581.669	1.699.369
Captações no mercado aberto	314.111	857.681	224.789	574.402
Obrigações por empréstimos e repasses	8.913	34.526	2.091	6.761
Dívidas subordinadas	43.360	103.699	29.856	96.501
Outros juros	10.318	60.328	12.256	29.716
Total	**1.291.385**	**3.417.220**	**874.746**	**2.501.380**

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Comissão de Fiança	2.447	10.726	3.640	12.108
Comissões	14.473	51.570	15.879	50.117
Tarifas	2.744	8.166	2.746	8.370
Serviços de Corretagem	697	5.700	6.779	12.375
Outras [1]	21.667	30.247	990	1.709
Total	**42.028**	**106.409**	**30.034**	**84.679**

(1) No período findo em 30 de setembro de 2026, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Comissões [1]	1.102	1.765	43.178	78.640
Serviços bancários	451	1.512	557	1.472
Teleprocessamento	19.093	42.526	6.064	10.929
Outros	371	1.054	375	1.115
Total	**21.017**	**46.857**	**50.174**	**92.156**

(1) Nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, refere-se principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos a clientes

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(43.859)	87.285	69.928	319.955
Instrumentos de dívida	42.255	(96.760)	190.000	607.810
Instrumentos de capital	71.296	156.269	17.763	45.303
Total	**69.692**	**146.794**	**277.691**	**973.068**

b) Derivativos

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Futuro	(31.556)	254.777	80.302	123.087
Opções	78.656	66.073	13.967	31.449
Swap	(120.088)	(78.275)	(138.355)	(411.925)
Termo	76.934	149.621	(46.640)	(250.146)
Câmbio	2.559	(8.502)	3.611	7.615
Total	**6.505**	**383.694**	**(87.115)**	**(499.920)**

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No período findo em 30 de setembro de 2026 o valor de receita com variação cambial é de R$17.153 (despesa de R$129.189 no período findo em 30 de setembro de 2025).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Recuperação de despesas	1.471	30.707	5.278	10.024
Rendas de aluguéis	176	534	61	488
Outras receitas (despesas)	(3.166)	(4.822)	4.613	6.720
Outras provisões	(175)	(388)	(33)	(189)
Total	**(1.694)**	**26.031**	**9.919**	**17.043**

36. DESPESAS COM PESSOAL

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Proventos	32.618	95.364	26.651	71.706
Benefícios e treinamento	8.272	23.757	5.859	15.289
Encargos sociais	14.176	36.253	7.581	23.429
Participações nos resultados	48.297	102.075	19.448	69.568
Total	**103.363**	**257.449**	**59.539**	**179.992**

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Despesas de água, energia e gás	216	557	150	496
Despesas com aluguéis	3.030	10.030	2.826	8.261
Despesas de arrendamento de bens	992	1.798	215	538
Despesas de comunicações	2.347	6.619	2.050	5.843
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.037	4.127	1.221	3.111
Despesas de processamento de dados	22.793	56.197	12.203	29.779
Despesas de relações públicas	1.977	5.865	1.503	3.453
Despesas de seguros	3.930	6.989	1.335	6.516
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.804	8.268	2.402	8.917
Despesas com serviços de terceiros	11.656	19.849	3.772	9.713
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.289	3.555	718	2.064
Despesas com serviços técnicos especializados	22.037	51.122	16.248	33.521
Despesas de transporte	1.661	4.517	1.229	2.975
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	12.667	26.027	2.694	2.811
Despesas de viagens	2.719	7.193	2.648	4.575
Outras despesas administrativas	2.929	41.297	5.856	14.152
Total	**94.084**	**254.010**	**57.070**	**136.725**

38. PROVISÕES LÍQUIDAS

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Atualização monetária	3.858	997	-	-
(Provisão)/Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(9.621)	(7.710)	(7)	(118)
Total	**(5.763)**	**(6.713)**	**(7)**	**(118)**

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No período findo em 30 de setembro de 2026, foi reconhecida a despesa no montante de R$875 (despesa no montante de R$11.156 no período findo em 30 de setembro de 2025) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	249.307	691.293	151.115	358.003
Lucro antes da tributação	**249.307**	**691.293**	**151.115**	**358.003**
Alíquota vigente	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(112.188)	(311.082)	(68.001)	(161.101)
Diferenças permanentes	**49.208**	**122.157**	**20.698**	**50.545**
Juros sobre o capital próprio	20.095	76.912	10.440	29.993
Outros ajustes (1)	29.113	45.245	10.258	20.552
Imposto de renda e contribuição social	**(62.980)**	**(188.925)**	**(47.303)**	**(110.556)**

(1) Nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	30/09/2026	31/12/2025
Impairment	288.949	234.595
Provisão para participações nos lucros	25.353	-
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(20.322)	(65.901)
Outras provisões	107.026	88.262
Outros ajustes	(269.511)	(317.841)
Resultado negativo no exterior	1.447	-
Prejuízo fiscal / base negativa	378.633	443.998
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	-	183.960
Total	**511.575**	**567.073**

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	30/09/2026	31/12/2025
Avaliação de títulos (renda fixa)	(57)	(14)
Total	**(57)**	**(14)**

d) Movimentação de impostos diferidos

	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**567.059**	**675.382**
Débito (crédito) ao resultado	(55.498)	(106.677)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(43)	(1.646)
Saldo final	**511.518**	**567.059**

e) Prazo de realização

	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	21.458	547
De 1 a 2 anos	30.887	3.675
De 2 a 3 anos	36.597	21.647
De 3 a 4 anos	51.706	42.005
De 4 a 5 anos	60.354	60.982
De 5 a 8 anos	188.742	247.878
De 8 a 10 anos	121.774	190.325
Total	**511.518**	**567.059**

41 LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 30 de setembro de 2026, foi de 12,79% (14,69% em 31 de dezembro de 2025), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 30 de setembro de 2026 e 2025:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	207.390	51	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	165.923	10	549.104	120
Total	**373.313**	**61**	**562.973**	**121**

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:

i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e

ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de setembro de 2026 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R$23.171 (R$14.201 em 30 de setembro de 2025) e a despesa de R$29.766 (R$19.457 em 30 de setembro de 2025) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Remuneração fixa	4.267	12.206	3.727	10.604
Remuneração variável	9.648	23.171	7.486	14.201
Benefícios de curto prazo	6.787	19.752	2.960	10.864
Total	**20.702**	**55.129**	**14.173**	**35.669**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

								30/09/2026
						Quantidade		Vencimento
	outorga	Preço	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO BÔNUS 2023	28/02/2024	4,30	2.453	1.799	-	654	20,00% 46,67% 73,34% 100,00%	31/03/2024 31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2024	16/05/2024	4,30	294	48	(246)	-	25,00% 50,00% 75,00% 100,00%	31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027 31/03/2028
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2024	11/02/2025	4,38	3.245	1.514	-	1.731	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	11/02/2025 11/02/2026 11/02/2027 11/02/2028
PROGRAMA DE SÓCIOS II	19/09/2025	4,81	3.327	-	-	3.327	33,33% 66,66% 100,00%	26/03/2027 24/03/2028 26/03/2029
PROGRAMA DE SÓCIOS III	01/10/2025	4,81	1.182	-	(114)	1.068	25,00% 50,00% 75,00% 100,00%	24/03/2027 24/03/2028 23/03/2029 22/03/2030
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2025	12/12/2025	10,08	2.294	459	-	1.835	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	24/02/2026 24/02/2027 22/02/2028 24/02/2029
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2025	29/12/2025	10,08	552	-	-	552	100,00%	19/02/2031
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2025 - I	27/02/2026	13,55	92	18	-	74	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	05/03/2026 24/02/2027 22/02/2028 24/02/2029
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2025 - I	27/02/2026	13,55	22	4	-	18	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	05/03/2026 24/02/2027 22/02/2028 24/02/2029
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2026	13/08/2026	12,35	1.015	-	-	1.015	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	24/02/2027 22/02/2028 24/02/2029 22/02/2030
Total			**14.476**	**3.842**	**(360)**	**10.274**		

Em 28 de fevereiro de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano Bônus 2023), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 16 de maio de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Retenção de Talentos 2024), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 11 de fevereiro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2024), de acordo com a Resolução CMN n°

Em 19 de setembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Sócios II), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 01 de outubro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Sócios III), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 12 de dezembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2025), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 29 de dezembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Retenção de Talentos 2025), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 27 de fevereiro de 2026, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2025 - I), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 27 de fevereiro de 2026, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Retenção de Talentos 2025 - I), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 13 de agosto de 2026, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2026), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
Administradores [1]			**(13.516)**	**(13.589)**	**(3.198)**	**(715)**
Operações de crédito	3,00% CDI	10/03/2031	20.347	17.056	(1.813)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(84)	(6)	-	-
Depósitos à prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(29.065)	(23.511)	(1.026)	(484)
Capital no Mercado Aberto	95% CDI	19/06/2029	-	(2.183)	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	94% a 100% CDI	28/11/2028	(1.824)	(1.680)	(157)	(7)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(950)	(1.214)	(89)	(114)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.857)	(2.051)	(110)	(110)
Recursos de letras financeiras	100% CDI	29/06/2029	(83)	-	(3)	-
Familiares imediatos [1]			**(41.236)**	**(38.298)**	**(1.699)**	**(1.254)**
Operações de crédito	6,50% CDI	18/05/2026	-	730	-	(156)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(2.226)	(5.369)	-	-
Depósitos à prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(9.308)	(5.455)	(738)	(218)
Capital no Mercado Aberto	95% CDI	31/03/2041	(5)	-	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	94% a 100% CDI	27/11/2028	(1.728)	(1.066)	(115)	(21)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	-	(494)	-	(44)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(27.050)	(26.554)	(818)	(815)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	28/07/2030	(919)	(90)	(28)	-

	Taxa de Juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 30/09/2026	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 30/09/2026	Receitas (Despesas) 30/09/2025
Empresas ligadas			**537.638**	**(48.866)**	**(8.821)**	**(8.219)**
Valores a Receber						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			9.368	7.980	-	1
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	-	-	103
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.			577.431	-	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.			814	28	-	-
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)			-	-	-	12
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)			-	2.923	-	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	(1.554)	-	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(1.604)	(2.135)	-	-
Pine Capital Ltda.		Sem vencimento	(329)	(2)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(499)	(1.290)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	-	(484)	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)		Sem vencimento	(150)	(160)	-	-
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.)		Sem vencimento	(191)	(1)	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	21/05/2029	(4.195)	(4.299)	(435)	(343)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	16/07/2029	(3.709)	(14.486)	(2.769)	(5.157)
Pine Capital Ltda.	99% CDI	24/01/2028	(2.487)	(2.786)	(276)	(240)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	02/07/2029	(814)	(60)	(76)	(198)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	23/07/2029	(19.224)	(16.804)	(1.674)	(951)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.499)	(1.884)	(168)	(799)
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)	99% CDI	27/09/2028	(13.709)	(15.290)	(1.566)	(642)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	99% a 112% CDI	29/06/2028	(11)	(10)	(1)	(1)
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	99% CDI	29/06/2028	-	(106)	(1.856)	(4)

	Taxa de Juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 30/09/2026	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 30/09/2026	Receitas (Despesas) 30/09/2025
Empresas indiretas			**(12.277)**	**(12.822)**	**(1.054)**	**(394)**
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(4)	(1)	-	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(6)	(9.184)	-	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(1.096)	(176)	-	-
Depósitos a prazo						
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	20/07/2029	(5.751)	(164)	(685)	-
PMC Mercado de Capitais Ltda.	99% CDI	23/07/2029	(4.108)	(3.297)	(360)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	11/09/2028	(1.312)	-	(9)	-
Operações de crédito						
BYX Capital Ltda. [2]	21,27% a.a.	31/01/2028	-	-	-	(394)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 14.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

						30/09/2026
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	124.803.538	96,04	40.653.612	32,80	165.457.150	65,17
Pessoa Jurídica	920.847	0,71	8.658.459	6,99	9.579.306	3,77
Conselho de Administração	3.044	0,00	52.852	0,04	55.896	0,02
Conselho Fiscal	685.144	0,53	7.304.100	5,89	7.989.244	3,15
Diretoria Executiva	1.734.975	1,33	18.264.161	14,74	19.999.136	7,88
Total	**128.147.548**	**98,61**	**74.933.184**	**60,46**	**203.080.732**	**79,99**

						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	**118.049.906**	**99,06**	**74.529.321**	**65,79**	**192.579.227**	**82,85**

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Covenants

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados.

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice ‘Over 90’, que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	**6.819.265**	**6.138.944**
Instrumentos de dívida	6.814.480	6.138.253
Instrumentos de capital	4.785	691
Instrumentos financeiros derivativos	**341.104**	**1.255.924**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	**7.160.369**	**7.394.868**

g) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	Total em %	
Classificação Interna	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Baixo	91%	91%
Médio	5%	5%
Alto	5%	4%

O Banco Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

h) Avaliação da redução ao valor recuperável

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A partir da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu-se que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para 12 meses (PE 12 meses) e para a vida da operação (PE Vida) foi recalibrada, com o objetivo de melhorar a previsibilidade de perdas futuras provenientes de operações de crédito em default.

O modelo de LGD foi revisado, alterando a metodologia genérica para um modelo ponderado por tipo de garantia, aumentando a qualidade e eficiência do modelo.

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Deterioração do nível de risco

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Banco Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

• Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco Pine avalia a possibilidade de default nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.

• Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco Pine avalia a possibilidade de default ao longo da vida para o cálculo da PE.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou quando a operação flegar como renegociação.

O Banco Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias ou a operação em renegociação apresentar atraso superior a 60 dias.

Perda em caso de default (LGD)

O Banco Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.l, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco Pine agrupa essas exposições através de critérios e grupos homogêneos de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

• Segmentação de Carteira (Atacado, Varejo, Multisacado e Fianças);

• Para modelo atacado, incluímos o agrupamento por produto (capital de giro, cheque empresa, títulos e valores mobiliários e outros); e

• Para modelo varejo, observamos a modalidade de produto (INSS, FGTS, cartão benefício e outros benefícios).

i) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplemento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

j) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

• Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;

• Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

• Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);

• Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee)* :

• Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;

• Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;

• Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* .

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

• Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);

• Área ALM na Tesouraria;

• Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

k) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez *Target*

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanço Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	30/09/2026				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades [1]	7.444.032	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	530.150	3.903.074	2.407.487	2.042.714	1.547.500
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.813.939	4.666.670	5.632.259	2.440.263	940.544
Total	**11.788.121**	**8.569.744**	**8.039.746**	**4.482.977**	**2.488.044**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	4.015.428	9.879.655	7.679.852	2.969.023	1.500.271
Depósitos de instituições financeiras	6.081.679	321.632	-	-	-
Dívidas subordinadas	-	23.869	116.529	162.278	565.933
Obrigações por empréstimos e repasses	-	946.387	-	-	-
Total	**10.097.107**	**11.171.543**	**7.796.381**	**3.131.301**	**2.066.204**
Derivativos	**93.995**	**(101.136)**	**8.446**	**(19.838)**	**30.902**
GAP	**1.785.009**	**(2.702.935)**	**251.811**	**1.331.838**	**452.742**

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

	31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades [1]	6.334.317	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	535.547	614.753	2.036.223	2.275.788	3.155.518
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.939.903	3.632.568	3.696.000	1.919.832	615.469
Total	**9.809.767**	**4.247.321**	**5.732.223**	**4.195.620**	**3.770.987**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	2.707.012	5.118.538	11.340.696	1.525.570	645.908
Depósitos de instituições financeiras	3.845.720	311.796	601	128	14
Dívidas subordinadas	709	6.149	68.402	171.320	528.492
Obrigações por empréstimos e repasses	14.069	4.446	250	-	-
Total	**6.567.510**	**5.440.929**	**11.409.949**	**1.697.018**	**1.174.414**
Derivativos	**(1.104.715)**	**147.475**	**26.868**	**46.515**	**44.409**
GAP	**2.137.542**	**(1.046.133)**	**(5.650.858)**	**2.545.117**	**2.640.982**

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

I) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (*Value at Risk – VaR*)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos DV01s, para a data base:

m) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de setembro de 2026:

		Análise de Sensibilidade		
		30/09/2026		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(410.035)	(512.544)	(768.816)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	215.940	269.925	404.887
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(18.469)	(23.087)	(34.630)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(18.469)	(23.087)	(34.630)
Total (soma não correlacionada)*		**(231.033)**	**(288.793)**	**(433.189)**
Total (soma correlacionada)**		**(52.625)**	**(65.781)**	**(98.672)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 30 de setembro de 2026 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,87%	0,01%	7,88%
Índice de Preços (IPCA)	1,94%	0,01%	1,95%
Taxa Referencial (TR)	5,82%	0,01%	5,83%
Taxa de Cupom de Dólar	13,54%	0,01%	13,55%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	13,60%	0,01%	13,61%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	0,00%	0,01%	0,01%
Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,87%	25%	9,84%
Índice de Preços (IPCA)	1,94%	25%	2,43%
Taxa Referencial (TR)	5,82%	25%	7,28%
Taxa de Cupom de Dólar	13,54%	25%	16,92%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	13,60%	25%	17,00%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	0,00%	25%	0,00%
Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,87%	50%	11,81%
Índice de Preços (IPCA)	1,94%	50%	2,91%
Taxa Referencial (TR)	5,82%	50%	8,73%
Taxa de Cupom de Dólar	13,54%	50%	20,31%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	13,60%	50%	20,40%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	0,00%	50%	0,00%
Moedas	5,50	50%	8,25

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	30/09/2026		31/12/2025	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	59.784	6.692	36.395	1.329
Empréstimos e adiantamentos a clientes	218.248	4.637	147.808	8.821
Outros ativos	1.444	-	(4.747)	-
Total	**279.476**	**11.329**	**179.456**	**10.150**
PASSIVO				
Obrigações por empréstimos e repasses	6.397	-	8.055	-
Relações com correspondentes	49.069	191	18.895	-
Total	**55.466**	**191**	**26.950**	**-**
Derivativos	**224.665**	**11.189**	**160.925**	**2.804**
GAP	**(655)**	**(51)**	**(8.419)**	**7.346**

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	30/09/2026			31/12/2025		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	6.849.580	594.451	-	5.435.138	899.179	-
Instrumentos de dívida	7.912.333	34.781	52.549	7.679.770	177.099	52.152
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.298.325	166.415	28.936	12.581.545	203.461	18.766
Total	**32.060.238**	**795.647**	**81.485**	**25.696.453**	**1.279.739**	**70.918**
PASSIVO						
Depósitos de clientes	20.125.131	5.488.948	-	16.141.389	5.061.249	-
Depósitos de instituições financeiras	6.402.593	-	-	4.156.926	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	946.387	-	28.936	-	-	18.766
Dívidas Subordinadas	831.938	36.672	-	740.541	34.532	-
Total	**28.306.049**	**5.525.620**	**28.936**	**21.038.856**	**5.095.781**	**18.766**
Derivativos	**(165.985)**	**1.258**	**-**	**(1.102.097)**	**7.183**	**-**
GAP	**3.588.204**	**(4.728.715)**	**52.549**	**3.555.500**	**(3.808.859)**	**52.152**

n) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;

• Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

O Banco Pine está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas “BRGAAP” e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado - BRGAAP		**185.994**	**502.553**	**103.631**	**260.103**
Resultado de não-controladores (1) (2) (3)		282	(882)	368	359
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	-	-	-	(30.757)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	-	-	-	3.752
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(568)	(511)	(338)	(333)
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	256	230	151	12.123
Ajuste IFRS - Amortização ágio		363	978	-	-
Ajuste IFRS - Outros ajustes		-	-	-	2.200
Resultado - IFRS		**186.327**	**502.368**	**103.812**	**247.447**

(1) Em 30 de setembro de 2025, refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Em 30 de setembro de 2026 e 2025, refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Em 30 de setembro de 2026, refere-se à participação de não controladores do LIFT Alfa Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Resposabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Patrimônio Líquido	Referência	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido - BRGAAP		**1.866.416**	**1.407.630**
Participação de não-controladores (1) (2) (3) (4)		15.416	30.036
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(2.235)	(1.938)
Ajuste IFRS - Amortização ágio		978	-
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	204	873
Patrimônio Líquido - IFRS		**1.880.779**	**1.436.601**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se à participação de não controladores do LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(4) Em 30 de setembro de 2026 , refere-se à participação de não controladores do LIFT Alfa Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Resposabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Para fins de BRGAAP, o Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa. O Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da Resolução CMN nº 4.975/21, para os contratos celebrados a partir de 1° janeiro de 2025, por esse motivo para essa Demonstração Financeira é aplicável manter o ajuste IFRS 16.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$3.343, mediante emissão de 438.220 novas ações nominativas, sendo 219.110 ordinárias e 219.110 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, no período de 01 de setembro 2026 a 30 de setembro de 2026 ("Sétimo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de setembro 2026 a 30 de setembro de 2026 ("Terceiro período de exercício"). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

****

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Receitas	**4.805.040**	**3.429.240**
Intermediação financeira	5.431.606	3.573.879
Prestação de serviços	106.409	84.679
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(757.913)	(332.417)
Outras	24.938	103.099
Despesas de intermediação financeira	**(3.417.220)**	**(2.501.380)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(295.753)**	**(330.208)**
Materiais, energia e outros	(922)	(839)
Serviços de terceiros	(288.118)	(219.243)
Outros	(6.713)	(110.126)
Valor adicionado bruto	**1.092.067**	**597.652**
Retenções	**(17.792)**	**(16.769)**
Depreciação e amortização	(17.792)	(16.769)
Valor adicionado líquido produzido	**1.074.275**	**580.883**
Resultado de participações em coligadas	(116)	12.432
Valor adicionado total a distribuir	**1.074.159**	**593.315**
Distribuição do valor adicionado	**1.074.159**	**593.315**
Pessoal	**257.449**	**179.993**
Remuneração direta	95.364	71.707
Benefícios	23.757	15.289
FGTS	6.344	4.758
Outros	131.984	88.239
Impostos, taxas e contribuições	**302.514**	**157.077**
Federais	280.679	146.054
Municipais	21.835	11.023
Remuneração de capitais de terceiros	**11.828**	**8.798**
Aluguéis	11.828	8.798
Remuneração de capitais próprios	**502.368**	**247.447**
Juros sobre o capital próprio/dividendos	171.885	66.650
Lucros retidos do período	330.483	180.797

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil